

Revista chilena de historia social popular

# REVUELTAS

SANTIAGO, CHILE | NÚCLEO DE HISTORIA SOCIAL POPULAR  
AÑO 05 | NÚMERO 10 | DICIEMBRE 2024 | ISSN 2452-5707

## DOSSIER

### **Disputas no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN) e a greve da educação federal de 2024**

*Disputas en el Sindicato Nacional de Docentes de las Instituciones de Educación Superior (ANDES/SN) y la huelga de la educación federal de 2024.*

*Disputes within the Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN) and the federal education strike of 2024*

**Aryanne Martins Oliveira**

Doutoranda em Educação.  
Faculdade de Educação.  
Universidade Federal de Minas Gerais,  
Belo Horizonte/ Brasil.

✉ [aryanne23@gmail.com](mailto:aryanne23@gmail.com)

id [0009-0003-6460-5885](https://orcid.org/0009-0003-6460-5885)

**Recibido:** 30 de septiembre 2024

**Aceptado:** 22 de noviembre 2024

**Savana Diniz Gomes Melo**

Doutora em Educação.  
Faculdade de Educação.  
Universidade Federal de Minas Gerais,  
Belo Horizonte/Brasil.

✉ [sdgmufmg2@gmail.com](mailto:sdgmufmg2@gmail.com)

id [0000-0003-0415-5344](https://orcid.org/0000-0003-0415-5344)

**Resumen:** Este artículo presenta, a partir de una revisión de literatura y un levantamiento documental, un breve recorrido histórico sobre la organización docente en el magisterio superior en Brasil, explorando disputas en torno a la representación de la categoría. Examina las disputas actuales dentro del Sindicato Nacional de Docentes de las Instituciones de Educación Superior (ANDES/SN) y ofrece un análisis preliminar sobre la huelga de la educación federal de 2024, con el objetivo de identificar elementos que ayuden a señalar dinámicas, perspectivas y desafíos del movimiento docente brasileño.

**Palabras clave:** Sindicalismo docente; Educación Superior; Huelga.

**Resumo:** Este artigo apresenta, a partir de uma revisão de literatura e levantamento documental, um breve retrospecto da organização docente no magistério superior no Brasil, explorando disputas em torno da representação da categoria. Examina as disputas atuais no interior do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN) e apresenta uma análise preliminar sobre a greve da educação federal de 2024, com vistas a identificar elementos que auxiliam a apontar dinâmicas, perspectivas e desafios do movimento docente brasileiro.

**Palavras chave:** Sindicalismo docente; Educação Superior, Greve.

**Abstract:** This article presents, based on a literature review and documentary research, a brief overview of the organization of higher education teaching in Brazil, exploring the disputes surrounding the representation of this category. It examines the current internal disputes within the Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN) and presents a preliminary analysis of the federal education strike of 2024, with the aim of identifying elements that help point to the dynamics, perspectives and challenges of the Brazilian faculty movement.

**Keywords:** Faculty Unionism; Higher Education; Strike.

## Introdução

Os docentes que atuam tanto na esfera pública quanto na privada são parte integrante da classe trabalhadora, pois não detêm os meios de produção e precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Assim, mesmo com diferenças nos níveis de ensino em que atuam, seja na educação básica ou superior, todos os docentes enfrentam processos de proletarização em maior ou menor grau. Isso implica enfrentar, como outras categorias profissionais, processos de exploração, alienação, fragmentação, precarização das condições de trabalho, perdas salariais, entre outros. Reconhecer essa realidade é fundamental para compreender a importância histórica da organização dessa categoria como parte da classe trabalhadora em geral e sua organização sindical em particular, uma vez que os sindicatos são compreendidos como um instrumento da luta coletiva dos trabalhadores.

A organização sindical dos docentes no Brasil tem sido abordada por diversos autores, entre eles Rêses (2008), Dal Rosso (2009), Dal Rosso, Cruz e Rêses (2011), Bauer e Paiva (2017). Pode-se considerar, a partir desses estudos, que a organização sindical docente existe no Brasil desde o início da década de 1930, com o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro, configurando-se como a primeira organização sindical docente propriamente dita, criada em 1931, embora essa existência represente uma exceção, uma vez que a organização sindical dos docentes que atuam na esfera pública era proibida até a Constituição de 1988.

Ao analisar a realidade peruana, Chiroque (2010) argumenta que os sindicatos docentes surgiram com o objetivo de defender três áreas principais: as condições de trabalho, as condições de ensino e as políticas educativas. Além disso, é papel dos sindicatos discutir a identidade de classe dessa categoria, como apontado por Dal Rosso (2009). A partir de uma perspectiva marxista, Dal Rosso analisa a função e atuação dos sindicatos, destacando que “o papel do sindicato é de contestação e desafio à ordem estabelecida. O sindicato vai além da ordem. Questiona a validade desta ordem e apresenta parâmetros para sua mudança” (Dal Rosso, 2009, p.12). Nesse sentido, nas décadas de 1970 e 1980, o sindicalismo docente no Brasil expandiu seu papel para além dos interesses corporativos, sendo fortemente influenciado pelas lutas contra a ditadura militar. Durante esse período, formaram-se diversas lideranças sindicais, muitas delas oriundas do movimento estudantil da década de 1960, que trouxeram consigo um nível elevado de consciência política. Segundo Melo e Gindin (2011), a partir da década de 1980, “os professores se identificaram como trabalhadores em educação, filiaram-se à principal central operária, politizaram suas demandas, construíram entidades de luta e deflagraram combativas greves de massas” (Melo e Gindin, 2011, p. 278).

No contexto do sindicalismo docente universitário, Bauer e Paiva (2017), ao comparar os elementos formadores das entidades sindicais docentes na Argentina, Brasil, Colômbia e México, ressaltam que, embora as universidades nesses países tenham origens distintas, o “sindicalismo docente universitário é um fenômeno quase coincidente nos quatro países mencionados, emergindo no decorrer da década de 1970, apesar de já existirem outras formas de organização anteriormente” (Bauer e Paiva, 2017, p. 112). No caso brasileiro, essa organização sindical está intimamente ligada à formação de uma parcela de ativistas oriunda do movimento estudantil da década de 1960, o que revela o nível de consciência política desse movimento naquele contexto.

Uma questão central na discussão sobre o sindicalismo docente no Brasil é a concepção da organização sindical dessa categoria, especialmente entre os professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), foco da análise deste artigo. Essa questão envolve tanto o formato de representação da categoria — seja através de um sindicato nacional organizado por seções locais ou sindicatos locais independentes reunidos em uma federação — quanto à concepção política que orienta a prática dessas entidades. Isso determina o grau de independência frente aos governos, um fator crucial para a autonomia na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Neste artigo, propõe-se, a partir de uma revisão de literatura e levantamento documental, apresentar um breve retrospecto da organização docente no magistério superior no Brasil, explorando as disputas em torno da representação da categoria. Além disso, serão examinadas as disputas atuais no Sindicato Nacional e, a partir desse contexto, será analisada, de forma preliminar, a greve da educação federal de 2024, com o objetivo de identificar elementos que ajudem a apontar dinâmicas, perspectivas e desafios do movimento docente brasileiro.

### **O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN)**

O sindicalismo docente universitário público no Brasil possui como referência o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), que é o maior do país e um dos maiores da América Latina, com quase 70 mil professores filiados em 2020, distribuídos nas suas 124 seções sindicais. O ANDES/SN representava, desde sua fundação em 1988<sup>1</sup>, os docentes das ins-

---

<sup>1</sup> Após se tornar sindicato em 1988 e representar docentes da esfera pública e privada, o ANDES/SN perdeu, em 2009, na justiça, o direito de representar os docentes do setor privado, que passaram a ser representados em nível estadual pelos Sindicatos de Professores (SINPRO) e em nível

tituições públicas e privadas de ensino superior em todo o Brasil, mas, desde 2009, essa representação passou a incluir exclusivamente instituições públicas: universidades federais, estaduais, municipais, distritais e institutos federais. Essa condição implica que o sindicato tenha que atuar em diferentes tipos de instituições públicas de ensino superior e em diferentes instâncias governamentais, que representam o patronato dos docentes dessas instituições.

No interior do ANDES-SN, além de inúmeros sindicalizados independentes, há vários coletivos políticos organizados, que fazem oposição à direção do sindicato, militam em seus locais de trabalho e nas atividades nacionais, defendendo seus projetos de sociedade, educação, sindicato e movimento docente, assim como suas estratégias e táticas de luta da categoria e da classe. Alguns desses coletivos são: Militância Classista, Coletivo Rosa Luxemburgo, Coletivo Andes em Luta (CAEL), Frente Única Andes-SN Classista, ART, Corrente Proletária na Educação, Coletivo Graúna. Os coletivos mais numerosos costumam ocupar cargos na diretoria, podendo realizar alianças e composições com membros dos coletivos minoritários, que variam conforme a conjuntura. Tais coletivos divulgam aos sindicalizados e população em geral panfletos e notas com suas posições, disponibilizando-os na internet, muitas vezes assinadas por um conjunto de coletivos que têm unidade nas análises e propostas divulgadas. Alguns desses publicados durante a greve da educação federal de 2024 foram utilizados no presente estudo<sup>2</sup>.

Fundado no início da década de 1980, inicialmente como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), transformou-se em sindicato em 1988, após a promulgação da Constituição Federal, adotando a denominação de Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN). Pode-se afirmar que este sindicato rompeu com a estrutura sindical autoritária, implantada no Brasil na década de 1930, primando pela organização de base nos locais de trabalho. Essa opção de organização colocou o ANDES/SN em uma posição distinta dos demais sindicatos de representação docente que existiam no país, organizados em federações.

---

nacional pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CON-TEE).

2 . Nota de um conjunto de coletivos de oposição no ANDES-SN “Com reajuste 0% em 2024 e reajuste bem abaixo da inflação a greve precisa continuar”. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:857e9a24-533b-4fc7-bdbo-23c9f823b56b>. Nota “A greve da educação federal e o governismo pseudocrítico” disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1\\_mZkYT-jdz5I2\\_UGHqzRhj9Efr1oczT9/view](https://drive.google.com/file/d/1_mZkYT-jdz5I2_UGHqzRhj9Efr1oczT9/view)

Representando diretamente seus membros em negociações e articulações nacionais, o ANDES/SN atua ao lado de federações e confederações de outras categorias de servidores públicos. Sua condição de sindicato nacional permite-lhe negociar autonomamente questões que impactam as instituições de ensino superior e coordenar ações conjuntas por meio de suas seções sindicais. Essa estrutura proporciona uma representação unificada para os docentes, potencializando suas demandas nas negociações com o governo e outras entidades educacionais em nível nacional. O ANDES/SN é organizado em diretoria nacional, diretorias regionais e seções sindicais, que possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativa, conforme regimento geral e diretoria própria (ANDES/SN, 2021).

Souza (2010, s/p.) destacou que “Os princípios políticos que têm orientado a atuação do ANDES-SN desde sua criação são: a autonomia e independência em relação a governos, padrões, reitorias e partidos políticos (...)”. Ou seja, para além de propor uma nova estrutura de representação, este sindicato tem em sua história a marca da independência, fator fundamental para a garantia de sua autonomia. Conforme está explícito em seu histórico, o sindicato nacional tem a perspectiva de que “o movimento docente constituiu-se na relação permanente com as experiências de outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros” (ANDES/SN, 2021). Ainda no *site* da entidade, são elencados os compromissos assumidos pelo sindicato, entre os quais se destacam a luta pela educação pública de qualidade, pela valorização do trabalho docente e pela autonomia das instituições públicas de ensino superior; contra toda forma de cerceamento à liberdade de organização sindical e de expressão; contra as reformas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores; e o compromisso com a unidade da classe trabalhadora no Brasil, internacionalmente e, em particular, na América Latina.

O compromisso do ANDES/SN com a unidade da classe trabalhadora foi expresso também em sua filiação a centrais sindicais. Inicialmente, filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1989. Sobre esse fato, Guimarães e Silva (2021, p. 241) afirmam que “A filiação à CUT se deu no sentido de defender e apoiar, no interior dos fóruns realizados pela central, propostas que se opunham ao modelo de estrutura sindical centralizada e burocratizada, conhecido como ‘sindicalismo orgânico’”. No entanto, essa filiação não se deu de maneira acrítica. Na medida em que a CUT foi se tornando um ponto de apoio importante do governo do Partido dos Trabalhadores e com isso abandonando “a perspectiva contestatória e classista e a oposição à estrutura sindical” (Maciel, 2010, p. 130) o ANDES/SN, através de intensa discussão com a base, rompeu com esta central em 2005. O processo de rompimento, que já vinha sendo discutido desde o início

dos anos 2000, teve como estopim o processo de aprovação da Reforma da Previdência, ocorrida em 2003 (no primeiro mandato do governo Lula), que implicou significativas perdas ao funcionalismo público e à classe trabalhadora em geral.

A ruptura do ANDES/SN com a CUT expressava, no âmbito do sindicalismo docente universitário, um movimento maior que teve origem na própria central, uma vez que a cooptação da CUT pelo governo do PT gerou uma cisão interna, que deu origem a outras centrais sindicais. Sobre esse fato Gonçalves (2014) localiza que a criação da Conlutas “foi fruto da primeira ruptura com a CUT (2004) e o surgimento da Intersindical (2006) pode ser entendido como um reflexo desse processo” (Gonçalves, 2014, p. 18). A autora afirma ainda que, apesar de representarem processos semelhantes, não há unificação entre essas centrais, e entre os motivos apontados está a divergência entre as correntes que as compõem no tocante ao posicionamento crítico ou de apoio ao governo Lula; o entendimento distinto das centrais sobre a forma de organização e composição das centrais; e o fator principal, a hegemonia de partidos distintos na direção de cada central<sup>3</sup>

Após a ruptura com a CUT, debates nas seções sindicais culminaram, em 2007, na deliberação do 26º Congresso pela filiação à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), que se tornou a Central Sindical e Popular-Conlutas (CSP-Conlutas) em 2010. Segundo Guimarães e Silva (2021), essa decisão reafirmou a postura sindical histórica do ANDES-SN e “evidenciou seu papel ativo no processo de reorganização da classe trabalhadora diante da derrocada política da CUT” (p. 244). Tal filiação não se deu sem alterações, que permaneceram presentes nas disputas internas da entidade, até que se evidenciaram em 2011, durante o 30º Congresso do Sindicato Nacional, quando foi questionada, principalmente por delegados que tinham proximidade com o PT. Entretanto, naquele momento, a plenária referendou a filiação do ANDES/SN à nova CSP-Conlutas, que representava a fusão da Conlutas a outras entidades sindicais e populares existentes, e a proposição de colaboração mais efetiva na construção e consolidação da referida Central.

A CSP-Conlutas colocava-se como uma alternativa de luta à CUT, e o debate sobre a construção dessa alternativa reverberava no interior do ANDES/SN, uma vez que durante os dois primeiros mandatos de Lula foram desferidos vários ataques à classe trabalhadora, aos serviços públicos, às universidades e a seus estudantes e servidores. Gomes *et al.* (2011) produziram um relatório em que analisaram o perfil dos delegados do 30º Congresso do ANDES-SN. Deste relatório, resgatam-se dados que revelaram que a grande maioria dos participantes do congresso ainda mantinha uma posição crítica em relação ao governo Lula (p. 35),

---

3 Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na direção da Intersindical e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) na direção da Conlutas.

e que a cooptação dos movimentos sociais pelo governo era percebida por 67% dos pesquisados.

A disputa interna sobre essa vinculação manteve-se latente e foi acirrada com a mudança no cenário político no que se refere à gestão do Estado Brasileiro, após o impeachment de Dilma Rousseff (2016) e a posterior eleição de Jair Bolsonaro (2018). Entre as justificativas dos apoiadores do PT, que se organizam principalmente na corrente denominada Renova Andes e defendiam a desfiliação dessa central, estava o fato de que, durante o processo de impedimento de Dilma, a CSP-CONLUTAS não se alinhou às demais centrais ligadas ao PT, e, em 2016 não participou de atos em defesa da ex-presidente Dilma. O fato de ter levantado a consigna “Fora Dilma, Temer, Cunha, Aécio e esse Congresso!” e a convocação de um ato em 1º de abril de 2016, denominado “Chega de Mentiras e Fora Todos!”, foi, segundo o Sindoif (2022), a expressão da política de isolamento e de um discurso “esquerdista” predominante na central. Imputavam à CSP-CONLUTAS a prática de posições políticas sectárias (Adunicamp, 2023).

Em 2022, no 40º Congresso Nacional do sindicato, a direção da entidade modificou sua posição de defesa da vinculação à CSP-Conlutas e propôs a realização do 14º Conad Extraordinário do ANDES/SN, com o tema “CSP-CONLUTAS: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central”, com resultado a ser levado ao 41º Congresso do ANDES/SN.

Alguns debates precederam o 14º Conad Extraordinário e o 41º Congresso como preparação para as deliberações, e neles as posições em disputa foram explicitadas, como se pode constatar no debate realizado pela seção sindical do Andes/SN na Universidade Federal de Pelotas, em novembro de 2022<sup>4</sup>. Observa-se que, tal como os apoiadores do PT, a diretoria do Andes-SN, representada por Michele Schultz Ramos, 1ª secretária da Regional São Paulo, defendia a saída da CSP-Conlutas, apontando alguns elementos determinantes para tal indicação:

“o funcionamento da central, ao conjunto de ações que, na nossa avaliação, acabaram falhando em vários estados e regiões. A Central não tem dado conta, de fato, de fazer a reorganização da classe trabalhadora e dos movimentos sindicais, que era um de seus objetivos” (ADUFPel SSIND, 2022).

---

4 Debate: O papel das centrais sindicais no fortalecimento da classe trabalhadora - CSP-Conlutas. Cf. em: <https://www.youtube.com/watch?v=EOiAPlaK8KM>



De outro lado, André Guimarães, sindicalizado da base da Universidade Federal do Amapá, defende a permanência do Andes-SN na CSP-Conlutas, argumentando que:

“Defender o ANDES é defender a CSP-Conlutas. A luta sindical no Brasil e no mundo exige de nós um sindicalismo classista, independente, autônomo, que represente os reais interesses da classe trabalhadora. Vivenciamos um momento conturbado que aprofunda a luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais e populares no Brasil. Precisamos ter uma central sindical que mantenha os princípios do SN: autonomia, classismo, independência. É fundamental reafirmar a defesa da CSP, a filiação do Andes a essa Central e o seu enraizamento nas seções sindicais do Andes-SN. É preciso dar vida à nossa Central para que possamos dar conta dos desafios a serem enfrentados.” (ADUFPel SSIND, 2022).

Em apoio à tese da diretoria do Andes-SN, o 14º Conad Extraordinário indicou a aprovação da desfiliação a ser encaminhada para ser deliberada no 41º Congresso, de 2023, mas a disputa permaneceu ativa. Para Marinalva Oliveira, docente e ex-presidente do Sindicato Nacional, eram fundamentais a luta para manter uma entidade classista, autônoma e com ação direta, bem como para manter o ANDES/SN filiado a uma central que nunca rompeu com princípios e sempre esteve nas ruas em defesa de uma vida digna para todos/as. Segundo ela, até a realização do 41º Congresso era importante:

“fazer o debate nas bases do ANDES, mostrando que para desfiliar de uma central teria de ser por dois motivos: se houvesse rompimento dos princípios e se estivesse no horizonte histórico alguma alternativa que representasse um salto de qualidade em termos de questões organizativas ou de projeto da classe (...) Com a CSP-Conlutas não houve rompimento de princípios e aqueles que defendem a desfiliação não apresentam algo concreto para onde ir ou propostas de incerteza. A conjuntura exige fortalecer a unidade e não a divisão. Comida no prato, educação e saúde para todos/as são inegociáveis.” (ADUSB, 2022).

O professor, ativista da base do ANDES e integrante da CSP-Conlutas do Maranhão, Saulo Arcangeli, também destacou o equívoco e a precipitação desse debate naquele momento:

“Precisamos de independência, tomar as ruas e fortalecer organismos de frente única, e a CSP-Conlutas é esse instrumento, pelo seu caráter sindical e popular, que garante uma ampla unidade da classe, para enfrentar a extrema direita e, ao mesmo tempo, lutar pela pauta da classe trabalhadora,

sem atrelamento a governos, partidos ou patrões. O momento é de unidade e não de divisão” (ADUSB, 2022).

A despeito dos argumentos contrários, o 41º Congresso do ANDES/SN deliberou pela desfiliação do Sindicato Nacional da CSP-CONLUTAS, por 262 votos favoráveis, 127 contrários e 7 abstenções. Desvelava-se, a partir da conjuntura política do país, as contradições entre os grupos que compunham o ANDES/SN e o rompimento com a CSP-CONLUTAS, assim como ocorreu com a CUT anos atrás. Em última instância, revelava a disputa pela reconciliação com o Partido dos Trabalhadores.

O ANDES/SN permanece, desde então, sem vinculação a qualquer central sindical, enquanto as forças políticas que atuam em seu interior disputam posições sobre a qual central o Sindicato Nacional deve se filiar. As forças governistas defendem o retorno à CUT, ao passo que as correntes que sustentam a independência em relação aos governos e o classismo advogam pelo retorno à CSP-CONLUTAS. Há também a defesa, por parte de setores ligados à base de apoio do governo Lula, do ingresso em outra central, a Intersindical, vinculada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A disputa por filiação a centrais revela o caráter dinâmico do sindicato e a luta entre diferentes posições, que implicam inflexões na direção da entidade, bem como em seus métodos e práticas, de acordo com a conjuntura econômica e política do país. Essa disputa também pode indicar um maior ou menor grau de independência e autonomia do sindicato em relação aos governos e às administrações superiores das IES, o caráter classista da entidade e sua capacidade de organizar a luta dos trabalhadores em função de suas necessidades e interesses.

No que se refere às lutas, o ANDES/SN destacou-se historicamente pelas mobilizações da categoria e pela formulação teórica (compartilhada em publicações da entidade) que contribuem não apenas para a formação dos seus sindicalizados, mas também para a sociedade em geral. Sobre a mobilização da categoria, destacam-se as greves sob a direção da entidade, compreendendo a greve como ação de resistência coletiva que representa a medida de força mais consequente. A partir de publicações do ANDES/SN (2022; 2024) e estudo de Guimarães e Silva (2021), sintetiza-se no Quadro 1 as greves ocorridas desde a década de 2000 até 2024.

Quadro 1 – Síntese das greves ocorridas nas IFES de 2000 a 2024

Ano	Duração	Nº de Instituições aderentes
2000	87 dias	31
2001	108 dias	51
2003	59 dias	35
2005	112 dias	40
2008	112 dias	39
2012	125 dias	60
2015	139 dias	39
2016	26 dias	44
2017	03 dias*	Não houve greve nacional e sim paralisações
2019	02 dias*	Não houve greve nacional e sim paralisações
2021	Greve sanitária	Greve deflagrada apenas na UFLA
2022	17 dias na UFPA	Greve deflagrada apenas nas duas instituições: UFPA e IFRS
	38 dias no IFRS	
2024	74	65
*Dias de mobilização específicos, com data de início e término já definidos a priori.		

Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponíveis no site do ANDES/SN

Guimarães e Silva (2021) apresentam uma análise por período das referidas greves, destacando as principais pautas. Ressalta-se que as greves mais extensas em quantidade de dias foram protagonizadas durante os governos Lula e Dilma, respectivamente, nos anos de 2005, 2008, 2012 e 2015. Destaca-se que as greves de 2005, 2008 (marco na implementação do REUNI<sup>5</sup> nas universidades) e de 2012 guardavam semelhança na reivindicação referente à carreira docente e incluíam a incorporação das gratificações e a recomposição salarial emergencial. Porém, a semelhança não se restringiu à pauta. A intransigência do governo em não negociar com o Sindicato Nacional também marcou o período.

Em 2015, já sob o governo Dilma, a reivindicação salarial dos docentes era de um reajuste de 27,3%. Durante os governos petistas, pode-se afirmar que houve

5 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi implementado no Brasil em 2007. Dentre as críticas ao Programa destaca-se a expansão precarizada do ensino superior, Intensificação da lógica produtivista, fragilização da autonomia universitária, distorção do tripé ensino, pesquisa e extensão. Para saber mais, ver Leher (2009) e Lima (2009).

um aprofundamento da desestruturação da carreira docente na esfera federal. Inicialmente com a criação da classe de Professor Associado, em 2006, e foi seguido pela Lei nº 12.772/2012, que estabeleceu um novo plano de carreira. A desestruturação da carreira docente foi analisada por Rocha, Melo e Silva (2022), que afirmam que o processo, iniciado na década de 1990 e intensificado a partir de 2012, ainda está incompleto. Medidas como a reforma administrativa proposta na PEC nº 32/2020 - atualmente paralisada no Congresso Nacional - continuam a avançar, com várias iniciativas afins sendo instituídas pelo governo Lula/Alckmin a partir de 2023. Entre essas iniciativas, destaca-se a reestruturação de carreiras no serviço público, anunciada em agosto de 2024, e uma proposta de legislação que limita o direito de greve, estabelecendo prazos para negociações e percentuais mínimos de funcionamento durante os movimentos paredistas, incluindo serviços que não são considerados inadiáveis.

No entanto, a partir de 2017, há um arrefecimento no movimento de greve docente nas universidades federais. A análise documental das publicações do ANDES/SN revelou que ocorreram dias de mobilizações, denominadas greve geral, em 15/03/17, 28/04/17, 30/06/17 e 10/11/17. Em 2018, nenhuma greve foi deflagrada e, em 2019, ocorreram apenas greves isoladas com pautas específicas em universidades estaduais (no Piauí e na Bahia), e dois dias de mobilização, denominados de “Greve Nacional de 48h da Educação”. Esta mobilização nacional foi uma iniciativa conjunta com outras entidades<sup>6</sup>. Conforme a circular nº 387/19 (ANDES, 2019a), enviada às seções sindicais, o objetivo era “construir grandes atos de rua em defesa da Educação, Ciência e Tecnologia públicas, contra o FUTURE-SE<sup>7</sup> e os cortes de verbas e pela imediata recomposição do orçamento das instituições de ensino” (ANDES/SN, 2019a).

No final de 2019, houve o indicativo de greve para o primeiro semestre letivo de 2020. Em nota publicada em dezembro desse ano, a diretoria nacional do ANDES/SN afirmou que o objetivo desse indicativo era “colocar o conjunto da categoria docente em estado de alerta e mobilização para pressionar os respectivos governos e preparar-se para um movimento paredista” (ANDES/SN, 2019b). Com

---

6 Dentre as entidades estão a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA)

7 O Future-se foi um projeto apresentado em 2019, que revelou a ameaça de privatização das IES públicas através de novo modelo de financiamento e gestão via Organizações Sociais (OS). A consigna do programa era: promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. Ver crítica em Araújo, Kato e Chaves (2020).

a pandemia de Covid-19 e o fechamento das instituições de ensino, o debate e a construção da greve anunciada não evoluíram, e a mesma não ocorreu.

Em 2021, algumas universidades discutiram sobre a necessidade da greve sanitária, contra o retorno presencial às aulas sem a devida imunização da população, mas a greve, efetivamente, se deu apenas na Universidade Federal de Lavras. No ano de 2022, além da Universidade Estadual de Montes Claros, apenas docentes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Pará protagonizaram greve, de forma isolada. Entre as pautas de reivindicação das instituições federais constava a recomposição salarial, a revogação da Emenda Constitucional 95/16 e o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20.

A eleição presidencial, ocorrida em 2022, foi priorizada nos debates no interior do ANDES/SN. O mote das discussões do 40º congresso da entidade, realizado no fim de março de 2022, foi a luta pela derrota de Bolsonaro, conforme evidenciado no relatório de tal congresso. “O debate de conjuntura e movimento docente trouxe elementos para qualificar a análise dos desafios e enfrentamentos necessários para derrubar Bolsonaro, centralidade de nossa luta (...)” (ANDES/SN, 2022, p.106). O plano de lutas, que expressa o resultado dos debates do congresso e orientador para as seções sindicais, também revelou a centralidade que as eleições assumiram naquele ano. A eleição de Lula para o terceiro mandato representava, para parcela da classe trabalhadora e seus dirigentes sindicais, a expectativa de mudanças e de rompimento com um governo de tendência fascista. Entretanto, para a derrota de Bolsonaro, também foi realizado uma espécie de pacto entre partidos na chamada frente ampla, que inclui representantes da burguesia imperialista de distintos setores, fato que sinalizava a continuidade de medidas lesivas sobre a classe trabalhadora. Afinal, a conciliação de classes no modo de produção capitalista não passa de uma ilusão, pois essa é uma das condições para manter o instável equilíbrio entre as classes, equilíbrio que é inegavelmente rompido nos processos de reestruturação capitalista, em que é necessário elevar a produtividade e reduzir salários.

Em 2023, com a posse de Lula para o terceiro mandato, a necessidade de organizar a luta da classe trabalhadora de forma independente do governo tornou-se uma questão central. Isso porque, já durante o processo de transição, a gestão petista indicava uma tendência mais voltada à conciliação do que à ruptura com as medidas implementadas desde o impeachment que afastou o partido da presidência da república. Esse contexto reverbera no ANDES/SN, com acirramento das disputas de concepções políticas e de táticas internas, resultando inicialmente na desfiliação da CSP-CONLUTAS, como referido. Posteriormente, o aceite da proposta do governo de reajuste de 9% de recomposição salarial em 2023, quan-

do a perda já era reconhecida pela entidade em aproximadamente 39%, algo que, além de não se constituir consenso em sua base, deixou de fora os aposentados.

Outro reflexo de como essa disputa se manifestou no ANDES foi através da eleição para a diretoria da entidade, também em 2023, que contou com três chapas concorrentes ao pleito. As chapas concorrentes ao pleito eram impulsionadas pelos diversos coletivos que disputam a direção da entidade. A chapa 1, denominada “ANDES PELA BASE: Ousadia para sonhar, coragem para lutar!”, armada pelo Coletivo ANDES de Luta e Pela Base (ALB), constituído majoritariamente por integrantes vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o partido Unidade Popular pelo Socialismo (UP) e correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A chapa 2 “Andes-SN Classista e de Luta”, foi impulsionada por dois coletivos sindicais o Rosa Luxemburgo, constituído por sindicalizados vinculados à outras correntes do PSOL; e o Coletivo Andes em Luta (CAEL), constituído por sindicalizados vinculados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). E a chapa 3 “Renova-ANDES: Renovar é preciso”, composta por docentes que integram o coletivo de mesmo nome da chapa, vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e outros partidos da base de apoio ao governo Lula. Essas chapas reuniram também sindicalizados autointitulados como independentes.

A eleição de 2023 foi uma das maiores da entidade em termos de inscrição de chapas e disputa de posições no ANDES/SN desde 1996. Esse fato revela as distintas posições ideológicas presentes no movimento docente nacional, que pode se colocar de maneira autônoma, classista, independente e combativa ou de maneira governista, atrelada ao governo Lula 3.

Ao longo de sua história, o ANDES/SN manteve uma postura crítica em relação aos governos, independentemente de sua orientação política, e se posicionou como um dos poucos sindicatos que articula uma crítica sistêmica ao capitalismo. Esta visão classista do sindicato se reflete em suas pautas, que vão além das reivindicações corporativas, e incluem a defesa de um projeto de educação popular, autônoma e de qualidade para todos. Essa postura combativa e classista do ANDES/SN, no entanto, tem sido constantemente desafiada por pressões internas e externas, especialmente com o surgimento de “sindicatos alternativos”, como a PROIFES, que se propõe a representar os docentes em uma linha mais conciliatória e menos combativa, como será abordado adiante.

Essas e outras divergências se expressam também nas disputas dentro do Sindicato Nacional, que têm implicações significativas para a organização docente no Brasil. A existência de diferentes visões sobre o papel do sindicato na luta de classes e na defesa dos direitos dos trabalhadores da educação coloca em evidên-

cia os desafios para a manutenção de um sindicato verdadeiramente classista, que consiga articular as demandas dos docentes com uma crítica mais ampla às desigualdades sociais e à superação do capitalismo e todas as suas formas de opressão.

### **A Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES**

A criação do Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES-Fórum) em 2004, que posteriormente tornou-se a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES), está intrinsecamente ligada às disputas políticas externas e internas no ANDES/SN. Isso porque o grupo político responsável pela sua fundação participou, em 2004, da eleição para a direção do ANDES/SN com a chapa “Outra ANDES é possível”. Essa chapa se apresentava como oposição à diretoria da época e à chapa por ela apresentada ao pleito, denominada “ANDES – Autônoma e Democrática”. Entre as principais divergências do grupo PROIFES-Fórum, destaca-se a concepção política mais alinhada ao governo petista, além de um desacordo fundamental com o modelo e a concepção sindical adotados pelo Sindicato Nacional. Após a derrota eleitoral, parte desse grupo fundou, em setembro de 2004, o Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES-Fórum).

No site da entidade, a justificativa apresentada é a de que o Fórum constituiria “um novo espaço sindical de organização plural e democrática dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, (...) como reflexo de uma postura crítica e independente em relação ao movimento docente” (PROIFES, 2024). Desde a sua origem, a PROIFES se diferenciava ao afirmar sua independência em relação ao movimento docente organizado, mas não em relação ao governo. Essa proximidade é compreensível, uma vez que, conforme Badaro-Mattos (2013) argumenta, a PROIFES foi apoiada e incentivada pelo próprio governo do PT. Mesmo antes de se constituir formalmente como sindicato, o fórum de professores dissidentes do ANDES/SN já participava das mesas de negociação com o governo. A relação estreita com o governo foi amplamente reconhecida tanto por críticos quanto por apoiadores da fundação do Fórum. Segundo esses últimos:

“A CUT, durante o primeiro mandato de Lula, transformou-se numa super-Central e, como parte da ação política do Ministro José Dirceu, aparelhou os ministérios. Com a mão da CUT, o PROIFES pôde sentar-se nas mesas de negociação dos ministérios, ainda que não gozando de uma condição de sindicato.” (Phillipe e Lisboa, 2011, p.188)

A existência do PROIFES materializou no seio da organização dos docentes universitários como um o típico “sindicato pelego”, ou seja, uma entidade que embora se apresente como representante dos trabalhadores, na verdade, atua em favor dos interesses dos patrões, e no caso dos docentes da educação federal, a favor do governo. Sua função, além de atuar como um braço do governo petista, que o criou<sup>8</sup>, na representação sindical dos docentes, evidenciava mais uma vez a divergência sobre o modelo sindical a ser adotado entre os docentes das IFES e sobre a posição de confronto com o governo.

O PROIFES tornou-se um sindicato nacional em setembro de 2009, mas o modelo de organização sindical defendido pela entidade contrastava profundamente com o modelo adotado pelo ANDES/SN. A criação de um sindicato nacional foi um passo para, anos depois, transformar-se em uma federação. Segundo relato sobre o histórico da entidade, “A criação do sindicato nacional, (...) SINDPROIFES, permitiu representação nacional para os docentes das IFES que não optaram ainda por formarem sindicatos de base local” (PROIFES, 2024). Os fundadores da PROIFES defendiam o modelo de federação e, para isso, incentivaram a criação de sindicatos locais, processo que começou em 2007, com a desvinculação de algumas entidades do ANDES/SN, como o Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (APUBH), o Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos (ADUFSCAR) e o Sindicato Intermunicipal de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS), que entraram com pedido de registro sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Conforme descreveram Phillipe e Lisboa (2011), essas entidades solicitaram registro sindical antes mesmo do PROIFES, que fez a solicitação de registro após a fundação da entidade. Em julho de 2011, foi realizado um encontro onde se aprovou o estatuto da nova federação e, em dezembro do mesmo ano, os sindicatos que compunham o PROIFES-Fórum fundaram a PROIFES, elegendo sua primeira Diretoria Executiva (2012-2015) (PROIFES, 2024). A PROIFES (Federação) passou a existir oficialmente em janeiro de 2012.

O papel desempenhado pela PROIFES no movimento docente, disputando a representação da categoria e atuando como um braço do governo no movimento sindical desde 2005, sofreu uma inflexão com a greve de 2012, conforme avaliou Badaro-Mattos (2013). Durante essa greve, embora a maioria do movimento do-

---

8 O Proifex foi criado em 2004, no segundo ano do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, quando a carta sindical do ANDES-SN foi suspensa, em explícita retaliação do governo à posição de autonomia e independência do Sindicato Nacional e suas bases na luta contra a Reforma da Previdência, aprovada em 2003. Melo e Tavares (2020) abordam essa relação.



cente fosse contrária à proposta apresentada pelo governo federal, a PROIFES assinou um acordo com o governo, ignorando as decisões tomadas nas assembleias de base. Essa assinatura foi utilizada como justificativa para encerrar as negociações com o ANDES/SN. O acordo firmado representou um sério ataque aos aposentados, agravou a desestruturação da carreira, intensificou a desvalorização salarial da categoria e consolidou a imagem da PROIFES como uma entidade pelega.

Após a greve de 2012, a PROIFES seguiu sem grande representatividade entre a categoria, o que não impediu que a entidade assinasse novamente o acordo com o governo na ocasião da greve ocorrida em 2015. O reajuste reivindicado pela categoria à época era na faixa de 27,3%; no entanto, o acordo assinado concedeu um reajuste de 5,5% para agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017.

É válido mencionar que a PROIFES obteve sua carta sindical apenas em 2024. Esta carta é um documento que concede personalidade jurídica sindical a uma entidade, permitindo que ela se envolva em atividades sindicais, como a negociação coletiva e a representação da categoria. Ou seja, mesmo sendo aceita pelo governo, participando das negociações e assinando acordos, a legitimidade jurídica veio após 20 anos da fundação do PROIFES-Fórum, e isso só ocorreu porque sua legitimidade foi questionada pelo movimento docente no desfecho da greve de 2024, que será abordado adiante.

Não há, por parte do PROIFES, iniciativas para proposições de mobilizações mais radicais. Sua atuação está sempre a reboque das ações protagonizadas pelo ANDES/SN. O tipo de sindicalismo exercido pela entidade assemelha-se ao sindicalismo negociador de Estado, conforme definido por Antunes (2011). Como mencionado, no âmbito do ANDES/SN, não houve greves e mobilizações mais abrangentes após 2015 e, conseqüentemente, a PROIFES ficou adormecida. Entretanto, em 2024, com a deflagração da greve da educação federal, esse cenário se altera, e a entidade serve novamente ao governo para encenar uma negociação, fato que será abordado adiante.

A existência do PROIFES, bem como suas práticas de negociação com o governo à revelia e até mesmo contrárias às decisões da categoria e de sua própria base, mais do que expressar uma divergência de modelo sindical, revela um caráter antissindical. Ao atuar como um braço dos governos petistas, o PROIFES mina a organização docente e contribui para o enfraquecimento das lutas necessárias em defesa da classe trabalhadora.

### **A greve de 2024, a luta da categoria e a continuidade da disputa no interior do Sindicato Nacional**

Como detalhado anteriormente, até 2023, a última mobilização expressiva dos docentes das IFES ocorreu em 2016. Entre 2017 e 2023, os docentes realizaram apenas paralisações pontuais, sem unidade entre as instituições, apesar de motivos abundantes para mobilização, como o aprofundamento das medidas lesivas às universidades após a destituição de Dilma Rousseff (PT), seguindo as orientações dos organismos internacionais<sup>9</sup>. Com a eleição de Bolsonaro (2018-2022) e a pandemia de Covid-19, o movimento sindical docente perdeu força, priorizando a eleição presidencial ao retomar as atividades presenciais. No 40º Congresso do ANDES/SN, a consigna central foi “derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas”. A diretoria do sindicato, conforme deliberado no 65º Conad, evitou declarar apoio explícito a Lula, postura alterada no segundo turno, quando a direção do ANDES/SN conclamou a categoria a votar no candidato petista, como se sua eleição fosse suficiente para garantir os direitos da classe trabalhadora, imputando o problema a um único candidato.

No entanto, um breve retrospecto do governo Lula (2003-2010) mostra que as ameaças aos direitos dos trabalhadores não se limitam ao contexto atual ou à correlação de forças no Congresso. Desde o documento denominado “Carta ao Povo Brasileiro”<sup>10</sup>, lançado em 2002 durante sua campanha, Lula sinalizou que seu governo não representaria uma ameaça aos interesses da burguesia, o que se confirmou em seus mandatos e no de sua sucessora. Seu governo não avançou na pauta histórica de distribuição de terras, via reforma agrária, e implementou contrarreformas que retiraram direitos dos trabalhadores, como a da previdência, em 2003. Além disso, avançou em pautas onde governos anteriores falharam, como a reforma da educação superior e a reforma sindical.

Em 2023, após a vitória de Lula sobre Bolsonaro, parte do movimento docente esperava mudanças substanciais que não se concretizaram. O plano de lutas das IFES, deliberado no 41º Congresso do ANDES/SN, incluía a revogação das me-

---

9 Como em 2017 em que foi divulgado o documento denominado “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, com recomendações do Banco Mundial para o ensino superior no Brasil. BANCO MUNDIAL. Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil: v. 1. [S. l.]: Banco Mundial, 2017.

10 A “Carta ao Povo Brasileiro” tinha como objetivo acalmar o mercado financeiro e setores empresariais, preocupados com a possibilidade de um governo do PT adotar políticas econômicas radicais. A carta representou um distanciamento das bases populares e dos movimentos sociais, que esperavam mudanças mais radicais na condução da política econômica e a abdicação formal de suas posições mais progressistas em troca de aceitação pelo mercado e pela elite econômica.

didadas que atacaram os direitos dos trabalhadores durante o governo Bolsonaro; a revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016<sup>11</sup>; o arquivamento da PEC 32; e a “reposição emergencial imediata das perdas salariais, baseadas no índice de 26,94%” (ANDES/SN, 2023a). Contudo, em março de 2023, o ANDES/SN assinou um acordo com o governo que concedeu apenas um reajuste emergencial de 9%, representando um terço do percentual solicitado e não contemplando os aposentados. O acordo também previa que, até maio de 2023, o governo federal apresentaria uma proposta para o funcionamento de uma Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e um calendário para discutir os demais itens da pauta. Conforme circular do ANDES/SN nº 324/2023, o Sindicato Nacional avaliou a campanha salarial e o funcionamento da MNNP.

Até o dia 15 de setembro de 2023, ocorreram quatro reuniões desta mesa central de negociação. Porém, todas sem quaisquer avanços substanciais. Na prática, nenhum item da pauta foi atendido (...). As mesas específicas temporárias seguem a mesma lógica e ritmo; das 60 mesas solicitadas, apenas cinco foram instaladas até o dia 15 de setembro (...). As mesas setoriais não foram instaladas até o momento, mesmo que muitas entidades, como o ANDES-SN, já tenham feito reiteradas solicitações. (ANDES/SN, 2023b, p.4-5)

Ou seja, após a assinatura do acordo, não houve medidas efetivas do governo para o avanço da pauta reivindicatória dos docentes, postura que escancarou as contradições do governo Lula. Fato é que a vitória de Lula não alterou significativamente a situação das universidades públicas em geral. A agenda de desmonte dos serviços públicos, via manutenção das medidas propaladas na EC nº95/2016 e em sua essência mantidas no Novo Arcabouço Fiscal<sup>12</sup>, foram justificativas para não conceder, por exemplo, a recomposição salarial imediata aos docentes e técnicos universitários e da carreira EBTT<sup>13</sup>, o reajuste do auxílio destinado à compensação pelos gastos em saúde suplementar, e a recomposição imediata dos orçamentos do ensino técnico/tecnológico, da educação superior, da ciência e

11 Também conhecida como Teto de Gastos, foi aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016. A emenda estabeleceu o Novo Regime Fiscal (NRF), que limitou o crescimento das despesas do Estado por 20 anos.

12 O novo arcabouço fiscal, aprovado em agosto de 2023, substituiu o teto de gastos da ECI nº 95, mas mantém sua essência de limitação das despesas públicas. Ele estabelece regras de controle orçamentário vinculadas à arrecadação, impondo limites ao crescimento das despesas do governo com base no desempenho das receitas. Ao manter uma lógica de controle rígido das despesas, continua impondo desafios para a manutenção e expansão de serviços essenciais, mesmo em áreas protegidas, como saúde e educação, que demandam investimentos contínuos e crescentes.

13 EBTT é a sigla utilizada para designar a carreira de magistério dos profissionais que atuam na educação básica, técnica e tecnológica na rede federal de educação no Brasil.

tecnologia e da pesquisa. Nem mesmo reivindicações sem impactos financeiros foram atendidas pelo novo presidente, como a retirada dos reitores interven-tores, colocados pelo governo anterior, a extinção da exigência de controle de frequência por ponto eletrônico ou a revogação do novo ensino médio.

Ainda na circular nº 324/2023 (ANDES/SN, 2023b), são expostas várias contra-dições desse governo que repercutiram na falta de negociação com a categoria, dentre as quais destaca-se que, apesar de o governo reconhecer a campanha sa-larial de 2024 e debater as reivindicações, não fez reserva de recursos suficientes no Projeto de Lei Orçamentária para 2024 (PLOA/2024) que assegurasse a recom-posição salarial e a equiparação dos benefícios; mesmo tendo criticado outrora as travas que existiam na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano de 2023, as preservou no PLDO/2024; apesar das críticas feitas aos governos Temer e Bol-sonaro, o governo Lula manteve até o fim do ano de 2023 todo o conjunto de legislação e normas restritivas de direito desses governos, inclusive não honrou o compromisso de retirar a PEC nº 32 do Congresso Nacional, conforme havia acordado no termo de acordo nº 01 de março de 2023, entre outras questões que o comunicado elenca.

Tais constatações impulsionaram a insatisfação e a mobilização da cate-goria, que aprovou, durante o 42º Congresso do ANDES/SN, a construção de uma greve em articulação com o setor da educação ainda no primeiro semestre de 2024. A aprovação da greve neste congresso foi disputada e aprovada com mar-gem estreita de votos, fato que revela que dentro do sindicato nacional não há homogeneidade de posição política e tampouco a defesa de um caminho radical e consequente nas ações contra o governo<sup>14</sup>. Na plenária que deliberou sobre a greve, o debate se estabeleceu a partir de três propostas de resolução, conforme descritas por Handfas (2024), delegado da Associação dos Docentes da Universi-dade Federal de São Paulo (ADUNIFESP) e membro do Renova Andes (oposição no sindicato nacional ligada ao PT):

1) “Dar continuidade ao trabalho de unidade de ação com demais SPFs, visando fortalecer as Campanhas Salariais de 2024 e 2025, intensificando a mobilização da base, tendo como horizonte a construção de uma greve uni-

---

14 Ver argumentos apresentados nas notas de oposições no Andes-SN, disponíveis em: Nota de coletivos de oposição no ANDES-SN “Com reajuste 0% em 2024 e reajuste bem abaixo da inflação a greve precisa continuar”, difundida durante a greve. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:857e9a24-533b-4fc7-bdb0-23c9f823b56b>. Esta nota foi difundida durante a greve e textos do caderno de textos do 67º Conad (Texto 2, Tema I: Atualização do Debate Sobre Conjuntura e Movimento Docente e Texto 13, Tema II – Atualização dos Planos de Lutas dos Setores e Plano Geral de Lutas (Andes, 2024).

ficada no funcionalismo público federal em 2024, persistindo o quadro da ausência de negociação real.” (...) 2) “Dar continuidade ao trabalho de unidade de ação com demais SPFs, visando fortalecer as Campanhas Salariais de 2024 e 2025, intensificando a mobilização da base para uma greve do setor da educação que tenha como horizonte a construção de uma greve unificada no funcionalismo público federal em 2024, por recomposição salarial imediata e integral” (...) 3) “Dar continuidade ao trabalho de unidade de ação com demais SPFs, visando fortalecer as Campanhas Salariais de 2024 e 2025, intensificando a mobilização de base, na construção de greve do Andes e do setor da educação no primeiro semestre de 2024, tendo como horizonte a construção de uma greve unificada no funcionalismo público federal em 2024 (Handfas 2024)

Handfas, em seu relato, avalia as três propostas com base nas convicções que orientam sua atuação política, mas dessa avaliação resgata-se que ele identifica o conteúdo das proposições. Quanto à origem das propostas, Handfas identifica que a primeira, que colocava a greve do funcionalismo público federal “num horizonte”, caso as negociações com o governo não apresentassem avanço real, era do grupo Renova Andes. A segunda proposta era da diretoria do ANDES/SN, que assemelhava-se à primeira ao propor a greve “num horizonte”, sem período definido, a partir de um trabalho de base. Essa proposta diferenciava-se da proposta do Renova por sugerir que o horizonte da greve mirava os trabalhadores da educação federal, e não todos os servidores públicos federais. A terceira proposta, que obteve a maioria dos votos na plenária, foi de autoria de “companheiros em geral que haviam composto a chapa 2 na última eleição do Andes” (Handfas, 2024), ou seja, de sindicalizados da base do Sindicato Nacional. Essa proposta diferenciava-se essencialmente por indicar um período para a construção da greve no setor da educação. A contradição principal pela deliberação de construir uma greve ainda no primeiro semestre de 2024 residia no enfrentamento direto com o governo Lula, sem margem para protelações, além de representar riscos às campanhas nas eleições municipais desse mesmo ano.

Como descrito, as negociações na MNNP não avançaram em 2023. Para a negociação que se deu em 2024, a diretoria do ANDES/SN abriu mão das perdas salariais acumuladas no período de 2010 a 2015 e passou a reivindicar as perdas a partir de 2016. A primeira proposta de reajuste salarial apresentada pelo ANDES/SN logo após a instauração da MNNP, em julho de 2023, era de recomposição das perdas salariais compreendendo o período de 01/07/2010 a 30/06/2023. Considerando a inflação acumulada e os reajustes realizados, essas perdas totalizavam 53%. A contraproposta apresentada pela bancada sindical em janeiro de 2024 estabeleceu um novo recorte temporal, que compreendia o período de 2016 a 2024,

e reivindicou o reajuste de 22,71% (cálculo das perdas acumuladas nesse novo período). Além disso, a reivindicação dividia o reajuste em 3 parcelas iguais de 7,06% nos meses de maio de 2024, 2025 e 2026, o que implicava em perdas para a categoria. Mesmo após essa contraproposta, que delegava ao governo o compromisso “em abrir negociação acerca das perdas salariais históricas a partir de julho de 2010” (ANDES/SN, 2024a)<sup>15</sup>, o governo federal permaneceu com a proposta de 0% de reajuste em 2024. A postura de reconsiderar o período já caracterizava um rebaixamento da reivindicação inicial e nublava as perdas salariais ocorridas durante as gestões petistas.

A partir de então, as mobilizações docentes encaminharam-se para o cumprimento da deliberação do 42º Congresso, e o Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do ANDES-SN, em reunião realizada com 34 seções sindicais, no dia 10/04/2024, deliberou pela deflagração da greve nacional nas universidades federais, institutos federais e Cefets a partir do dia 15/04/2024. A decisão pela deflagração da greve foi aprovada por 22 votos favoráveis, 7 contrários e 5 abstenções<sup>16</sup>. Ao deflagrar a greve, o ANDES/SN somava-se ao Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e à Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), que já haviam deflagrado greve anteriormente<sup>17</sup>. Após a deflagração da greve docente, no dia 19 de abril, o governo ofereceu uma nova proposta de 0% para 2024, 9% para 2025 e 3,5% para 2026. Além de manter nenhum reajuste para 2024, a proposta não cobriria as perdas calculadas pelo sindicato da categoria docente. A exigência de recomposição salarial ainda em 2024 levava em consideração, entre outras questões, a inflação do período de 2023 a 2024, com o objetivo de preservar o poder de compra dos trabalhadores. Segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o reajuste necessário para cobrir a inflação no período de maio/23 a abril/24 seria de 3,69%<sup>18</sup>.

A greve iniciou-se a partir de 15/04/2024, com uma crescente mobilização. Na primeira semana do movimento paredista, contabilizavam-se 24 instituições em greve e 7 com indicativo de greve definido. Em 23 de abril, eram 28 instituições em greve e 9 com indicativos aprovados. No dia 30 de abril, eram 39 instituições

---

15 Comunicado CNG nº 27.

16 Informações disponíveis em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/setor-das-ifes-do-aNDES-sN-deflagra-greve-docente-a-partir-do-dia-15-de-abril1>. Acesso em 17/04/2024.

17 A FASUBRA deflagrou greve em 11/03/24 e o SINASEFE em 03/04/24.

18 Segundo a nota técnica do DIEESE o reajuste com base do INPC-IBGE seria de 3,23% e com base no IPCA-IBGE de 3,69%

em greve e 11 com deflagração prevista. Em 3 de maio, já eram 46 instituições federais em greve, com 4 deflagrações previstas. Em 14 de maio, eram 53 instituições em greve e 3 instituições com deflagração futura. Em 27 de maio, contabilizava-se 59 instituições em greve e 2 instituições com deflagração prevista. E em 11 de junho, quando a greve atingiu o ápice, havia paralisado 65 IFES. A mobilização atingiu, inclusive, sindicatos da base da PROIFES<sup>19</sup> e o sindicato dos docentes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que não possui nenhuma vinculação nacional.

A crescente mobilização revelou a pauperização das universidades públicas como resultado de sucessivos cortes orçamentários. Em 2022, o corte de recursos do Ministério da Educação atingiu seu valor máximo, ultrapassando os R\$ 40 bilhões. Em 2023, o bloqueio orçamentário desta pasta atingiu a cifra de R\$ 333 milhões. A mobilização revelou também o empobrecimento da categoria docente, como resultado de diversificadas e complexas medidas de rebaixamento salarial de ativos e aposentados, empreendidas pelo governo federal. Segundo dados do DIEESE<sup>20</sup>, em estudo considerando apenas o período de 2010 a 2023, que contabiliza somente os índices e deixa de fora várias perdas imputadas aos docentes por diversas medidas, a exemplo do aumento da contribuição previdenciária e a introdução de sua cobrança de aposentados, as perdas para a carreira de Magistério Superior 40h variam de 17,2% a 24,3%, e para docentes da carreira EBTT de Dedicação Exclusiva variam entre 5,5% e 19,2%. Entretanto, o governo Lula, além de não atender às demandas iniciais de reposição salarial, forçou ainda mais o rebaixamento das propostas.

A proposta inicial era de recomposição de 22,71%, dividida em 3 parcelas de 7,06% em 2024/2025/2026, e foi alterada em 13/05/2024, mudando o valor das parcelas, mas mantendo o percentual de recomposição em 22,71% (7,06% em 2024; 9% em janeiro de 2025; 5,16% em maio de 2026). Essa segunda contraproposta do ANDES/SN foi protocolada dois dias antes da mesa de negociação realizada no dia 15/05/2024, onde o governo manteve sua oferta de apenas 9% para 2025 e 3,5% para 2026. A terceira contraproposta, protocolada no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 27/05/2024, sofreu um rebaixamento

---

19 Greve foi deliberada nas seguintes universidades: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal de Goiás (UFG).

20 DIEESE (2023). Análise da evolução salarial dos docentes do Magistério Federal: Magistério Superior (MS) e Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). ERDF, nov/2023. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnmbpcajpcglclefindmkaj/https://sindcefetmg.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Anexo-Circ464-23-Nota-DIEESE.pdf>

do índice geral, passando para 17,85%, a ser pago em 3 parcelas: 3,69% em 2024, 9% em 2025 e 5,16% em 2026. O acordo assinado um mês após o rebaixamento da proposta, em 27/06/2024, foi ainda mais aquém, com reajuste de 12,5%, dividido em 2 parcelas: 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026, não prevendo nenhum reajuste em 2024. Este reajuste foi o proposto pelo governo em 15/05/2024.

A apresentação dessa terceira contraproposta, que rebaixava o percentual proposto no início da greve para 17,85%, foi, conforme o Comunicado nº 47 e 56 (ANDES, 2024a), resultado do debate que se deu no interior do Comando Nacional de Greve. Essa contraproposta foi feita no período em que o governo, de forma autoritária, deu um ultimato ao movimento paredista, convocando o sindicato a assinar o acordo, alegando que não seria feita mais nenhuma rodada de negociação. Segundo o comunicado nº 47 (ANDES/SN, 2024a), a apresentação dessa contraproposta tinha por objetivo “dar uma resposta política contundente e imediata ao ultimato do governo”, criando assim um fato novo para se apresentar no dia em que o governo definiu como data limite para encerrar as negociações e assinar o acordo.

Contudo, o rebaixamento da terceira contraproposta do Andes-SN foi alvo de disputa do Comando Nacional de Greve, conforme evidenciado no anexo I do Comunicado nº 56 (ANDES/SN, 2024a) e principalmente no balanço apresentado em um dos textos<sup>21</sup> do caderno de textos do 67º CONAD. A metodologia adotada neste momento para a condução dos debates sobre a contraproposta foi denunciada por membros da oposição à diretoria do sindicato nacional, e, segundo eles, expressava a materialização da aliança entre as correntes que estão na direção do Andes/SN (Andes Luta pela Base) e o Renova ANDES (oposição ligada ao PT) para uma ação coordenada que visava o rebaixamento da proposta. São elencados três passos dessa ação, a saber:

1) alterar a metodologia do CNG [Comando Nacional de Greve]; apenas na discussão da contraproposta, em vez de ampla discussão, houve blocos de 5 falas, em que a ALB votava sempre para ter apenas um bloco; 2) fazer uma apresentação da sistematização dos dados que não diferenciava instituições em greve em relação às demais e desmembrava as propostas de índice em percentuais por ano. Intencionalmente ou não, esses dados assim agrupados serviram para a ALB e o Renova apresentarem como vinda das bases uma proposta minoritária em relação às 60 assembleias, de rebaixar a reivindicação de reajuste de 22,71% (7,06% em 2024, 9% em janeiro de 2025 e

---

21 Texto 13, Tema II – Atualização dos Planos de Lutas dos Setores e Plano Geral de Lutas, consultar ANDES (2024).



5,16% em maio de 2026) para 18,85% (3,69% em agosto de 2024, 9% em janeiro de 2025 e 5,16% em maio de 2026). (ANDES, 2024b)

Houve três votações referentes à questão da proposta de reajuste reivindicada, teoricamente a partir do retorno das assembleias. Isso porque no comunicado nº 56 (ANDES/SN, 2024a) fica explícito apenas que uma comissão sistematizou os resultados das assembleias e que foi aberto para o debate. Entretanto, como denunciado no texto acima e explícito no próprio comunicado, na síntese apresentada havia seções que não estavam em greve e, mesmo assim, responderam ao formulário disponibilizado para envio de retorno das AGs, podendo gerar confusão e dubiedade de entendimento entre os participantes na avaliação.

A tentativa de apresentação de uma contraproposta foi frustrada, pois o governo manteve uma postura intransigente e, no dia 27/05/24, a contraproposta não foi sequer apreciada pelo representante do Ministério de Gestão e Inovação<sup>22</sup>. Feijóo cumpriu com o anunciado ultimato e, após se reunir com os representantes dos servidores em greve que rejeitaram a proposta de reajuste, assinou um acordo com o PROIFES. É importante mencionar que o PROIFES já havia sinalizado que aceitaria a proposta de reajuste de 12,5%, distribuídos em três parcelas: 0% para 2024, 9% para 2025 e 3,5% para 2026, feito pelo governo, à revelia das decisões da categoria, fato que gerou revolta em parcela da categoria “representada” pela entidade. No Anexo II do Comunicado nº 56 (ANDES, 2024a), o CNG divulgou um manifesto dos docentes que compunham os comandos de greve das universidades federais representadas pelo PROIFES: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Nesse manifesto, os representantes afirmam que as assembleias docentes rejeitaram a proposta do governo e que a direção da PROIFES não teria legitimidade para aceitar e assinar tal acordo. À revelia desta denúncia, o PROIFES novamente cumpre seu papel de entidade paragonista.

Ante a manobra feita pelo governo para encerrar a greve, recorrendo ao PROIFES para conferir legitimidade à ação, a Justiça Federal de Sergipe suspendeu o acordo dois dias após a assinatura<sup>23</sup>. O ato gerou reforço ao movimento de desqualificação do PROIFES pelo Movimento Docente, mas não implicou em

---

22 José Lopez Feijóo, secretário de Relações de Trabalho do MGI, foi designado por Lula como principal negociador com o funcionalismo público. Feijóo tem ampla experiência sindical, tendo sido presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC e dirigente da CUT.

23 A decisão da justiça surgiu por meio de ação ordinária movida pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS - Seção Sindical do ANDES-SN) contra a União, que visava impedir que o governo assinasse acordos com a Proifes-Federação.

alteração do quadro gerado com o acordo assinado. Para proteger e fortalecer a PROIFES, o governo Lula lhe concedeu carta sindical em 10/06/24.

No dia 10/06/24, o presidente Lula realizou reunião com os reitores representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e utilizou o espaço para fazer propaganda de seu governo e intimar os dirigentes sindicais a encerrar a greve em curso. A propaganda foi evidenciada pelos anúncios realizados, que compreenderam nova roupagem ao programa já apresentado em 2023<sup>24</sup> e a divulgação de recomposição orçamentária para as IFES em 2024, que correspondia a apenas 16% do solicitado pelos reitores das instituições. Já a intimidação contou com falas incisivas do presidente Lula, que, valendo-se do seu histórico como dirigente sindical, afirmou que lideranças sindicais precisavam da “coragem de acabar com a greve” e afirmou ainda sobre a greve que “não há muita razão de estar durando o que está durando” (VERDÉLIO 2024). É válido mencionar que o governante não se reuniu em nenhum momento com os representantes da educação federal em greve. Neste contexto, a greve teve seu fim decretado pelo governo, que, apesar de ver invalidado o acordo assinado com o PROIFES, manteve a postura intransigente na negociação e, ao apelar para reitores e dirigentes sindicais, alinhavou a desmobilização do movimento paredista.

A avaliação apresentada pelo CNG do ANDES/SN, no anexo I do comunicado nº 84 (ANDES/SN, 2024a), revela que parcela dos dirigentes cedeu à pressão. Apesar de denunciar desrespeito ao movimento sindical protagonizado por Lula na reunião com os reitores, elenca os “ganhos” da greve, indica que não havia previsão de mais nenhuma instituição aderir à greve e orienta que as assembleias gerais (AGs) avaliassem a proposta do governo, inalterada desde 13/05, indicassem se o Sindicato Nacional deveria ou não assinar o acordo com o governo e se deveriam continuar a greve ou construir sua saída coletiva. A partir dessa orientação, a resposta das bases em assembleias foi disputada e, conforme foi divulgado no anexo do comunicado nº 97 (ANDES/SN, 2024a), a assinatura do acordo com o governo foi referendada por 25 AGs de instituições em greve contra 23, e a saída da greve foi indicada por 32 AGs, enquanto 20 AGs indicaram a continuidade do movimento paredista.

---

24 O “Novo PAC” anunciado em 2023 foi apresentado como “PAC da Educação”, ver mais em Nota de coletivos de oposição no ANDES-SN “Com reajuste 0% em 2024 e reajuste bem abaixo da inflação a greve precisa continuar”, difundida durante a greve. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:857e9a24-533b-4fc7-bdbo-23c9f823b56b>

## Conclusões

A partir da compreensão de que o ANDES/SN se constitui como um instrumento importante na luta dos docentes da educação federal, é inteligível que sua direção seja disputada por grupos com afinidades políticas e partidárias distintas e com interesses que, por vezes, os aproximam ou distanciam da luta necessária à garantia de direitos dos trabalhadores. Isso porque o que tem se comprovado pela prática dos sucessivos governos e pela agenda do governo atual, cuja prioridade é o Novo Arcabouço Fiscal, e que o desmonte dos serviços públicos, incluindo a educação e a universidade pública, seguirá avançando e impondo mais perdas aos trabalhadores e estudantes, com maior ou menor celeridade, a depender das imposições do capital e das resistências empreendidas pelos trabalhadores.

A greve da educação federal de 2024 trouxe novamente ao debate, no interior do ANDES-SN, os riscos de perda de seu papel como importante instrumento na luta dos docentes da educação federal por seus interesses, bem como os da classe trabalhadora. Tal greve reafirmou a importância da defesa e garantia dos princípios do sindicalismo combativo: autonomia e independência das direções frente aos governos e gestões das IFES; classismo e democracia própria dos trabalhadores. Somente com a efetiva prática desses princípios as direções sindicais podem apoiar, estimular e sustentar as medidas de força coletivas empreendidas pela categoria docente, de forma a potencializar essas lutas, tanto em suas conquistas materiais concretas, ainda que pequenas e/ou provisórias, quanto em seu caráter formativo, tal como afirmado por Marx, Engels e Lenin em seus numerosos estudos sobre o sindicalismo e suas lutas.

## Referências bibliográficas

- ADUFPEL SSIND (2022). Debate: O papel das centrais sindicais no fortalecimento da classe trabalhadora - CSP-Conlutas. 7 de nov. de 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EOiAPlaK8KM>
- ADUNICAMP. (2023). “Porque Defendemos a Saída do ANDES-SN da CSP-CONLUTAS.” Campinas, 26 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/moPfm>
- ADUSB (2022). Filiação do ANDES à CSP-Conlutas será decidida por congresso em 2023. 18 novembro de 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ksFdx>
- ANDES/SN.(2019a). “Circular nº 387/19 - Informa e Orienta sobre a Construção da Greve Nacional de 48h da Educação e Encaminha Artes de Divulgação.” Brasília, 26 de setembro de 2019.
- ANDES/SN. (2019b). “Nota da Diretoria do ANDES-SN sobre o Estado de Greve.” 19 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dgXpJ>

- ANDES/SN.(2021). “História.” Disponível em: <https://www.andes.org.br/sites/historia>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.
- ANDES/SN.(2023a). 41º Congresso aprova plano de lutas para docentes federais. Publicado em 09 de Fevereiro de 2023. Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/41o-congresso-aprova-plano-de-lutas-para-docentes-federais1>. Acesso em 30 de setembro de 2024.
- ANDES/SN.(2023b). “Circular nº 324/2023 - Avaliação da Campanha Salarial 2024 e do Funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente.” Brasília, 18 de setembro de 2023.
- ANDES/SN (2024a). Comunicados do Comando Nacional de Greve (CNG) nº 27, nº 47, nº56, nº 84 e nº 97. Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/greve-docente-federal-20241>. Acesso em 30 de setembro de 2024.
- ANDES/SN.(2024b). Caderno de Textos do 67º Conad do ANDES-SN. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/confira-o-caderno-de-textos-do-67o-conad-do-ANDES-sNi>. Acesso em 18 setembro de 2024
- Antunes, R.(2011). “A Engenharia de Cooptação dos Sindicatos.” *Jornal dos Economistas*, n. 268, novembro.
- Badaro-Mattos, M. (2013). “Uma Greve, Várias Lições: A Greve das Universidades Federais no Brasil em 2012.” *Revista Iberoamericana de Educación Superior* 4 (10): 135-142. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2007-28722013000200008&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-28722013000200008&lng=es&nrm=iso). Acessado em: 9 de setembro de 2024.
- Bauer, C e Paiva, L..(2017). “O Sindicalismo Docente Universitário da Argentina, Brasil, Colômbia, México e Sua Resistência à Contrarreforma Universitária.” *Revista Historia de la Educación Latinoamericana* 19 (28): 109-128. Disponível em <https://encurtador.com.br/iFte3> . Acesso em 18 de setembro de 2024
- Chiroque, S.(2010). “Sindicato Docente.” In *Dicionário: Trabalho, Profissão e Condição Docente*, editado por D. A. Oliveira, A. M. C. Duarte, e L. M. F. Vieira. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação. CD-ROM.
- Dal Rosso, S, Cruz, H, Rêses, E.(2011). “Condições de Emergência do Sindicalismo Docente.” *Pro-Posições* 22 (2): 111-131.
- Dal Rosso, S. (2009). “Contribuição para a Teoria do Sindicalismo no Setor da Educação.” *Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil*, Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril. Seminário para Discussão de Pesquisas e Constituição de Rede de Pesquisadores.
- Gomes, D. C et al. (2011) Perfil dos delegados do 30.º Congresso do ANDES-SN. Uberlândia. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kgHZz>. Acesso em 18 de setembro de 2024
- Gonçalves, T. (2014). *A Reorganização Sindical no Governo Lula: Um Estudo sobre a Conlutas e a Intersindical*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP.
- Guimarães, A R e Silva, M K P. 2021. “Movimento Docente Universitário no Brasil: Análise das Greves Nacionais do ANDES-SN (1980-2020).” In *Da Escola Básica à Universidade: O Trabalho*

- ho Docente e a Educação sob Pressões*, editado por Savana Diniz Gomes Melo e Cezar Luiz De Mari. Curitiba: Appris.
- Handfas, A.( 2024). “Congresso Andes-SN Aprova Indicativo de Greve. Mas É Urgente Elevar (a Ainda Fraca) Mobilização e Debate na Base.” Disponível em: <https://encurtador.com.br/8Kk6f>
- Leher, Roberto. (2009). “Reestruturação universitária na América Latina e no Brasil: o público estatal em disputa”. *Revista Brasileira de Educação*.
- LIMA, Katia Regina de Souza. (2009). “Universidades federais e o REUNI: Alterações nas funções da universidade publica brasileira”. *Revista Advir*, Rio de janeiro, 2009. Nº 23. p.20-27.
- Maciel, D. (2010). “Melhor impossível”: A nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula. *Universidade e Sociedade*, 20(46), 120-143.
- Melo, S D G e Gindin, J. (2011). *Associativismo e Sindicalismo em Educação – Organização e Lutas*. Organizado por Sadi Dal Rosso. Brasília: Paralelo 15.
- Melo, S e Tavares, R. (2020). “(Des)caminhos do sindicato dos professores da universidade federal de minas gerais”. *RTPS - Revista Trabalho, Política E Sociedade* 5 (9), 563-86. Disponível em <https://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/697>
- Philippi, P C e Lisboa, A M. (2011). “Perspectivas do Sindicalismo nas Universidades.” *Revista Espaço Acadêmico* 11 (123): 184-196.
- PROIFES. 2024. “Histórico do PROIFES.” Disponível em: <https://proifes.org.br/historico-proifes/>.
- Rêses, E S. (2008). *De Vocação para Profissão: Organização Sindical Docente e Identidade Social do Professor*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.
- SINDOIF. 2023. “Pela Desfiliação do ANDES-SN da CSP-Conlutas.” 23 de setembro de 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/o7BGt>.
- Souza, A L L .(2010). “Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES-SN.” In *Dicionário: Trabalho, Profissão e Condição Docente*, editado por D. A. Oliveira, A. M. C. Duarte, e L. M. F. Vieira. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação. CD-ROM.
- Verdêlio, A.(2024). Lula critica prolongamento da greve dos docentes federais. Agência Brasil. Publicada em 10/06/2024 - 15:08. Brasília. Disponível em <https://encurtador.com.br/g6VVc>